

20 ANOS DA PESQUISA “SONDAGEM INDUSTRIAL”: O QUE É REVELADO SOBRE O SETOR PRODUTIVO PARANAENSE

Julia Agra Caldas¹
Murilo de Oliveira Schmitt²

RESUMO

O presente artigo tem a intenção de identificar, por meio de análise dos dados compilados, tendências no comportamento do empresariado industrial paranaense frente aos momentos conjunturais das economias paranaense e brasileira nas duas últimas décadas. Utilizando todas as edições da série histórica Sondagem Industrial como fonte das informações sobre as expectativas do empresariado industrial paranaense, a pesquisa almeja identificar o reconhecimento do aumento competitivo, assim como a inserção de novas tecnologias e produtos/processos inovadores no decorrer do desenvolvimento industrial paranaense no período. O projeto se propõe a contribuir com estudos no setor, agregando a análise em níveis municipais. Trata-se de uma pesquisa descritiva de natureza quali-quantitativa, permeada por investigação bibliográfica, documental e fundamentada em dados.

Palavras-chave: Inovação Tecnológica. Indústria Brasileira. Indústria Paranaense. Sondagem Industrial.

¹ Aluna do 3º período do curso de Administração da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2016-2017). *E-mail*: juliacaldas@outlook.com

² Mestre em Economia pela McGill University. Professor FAE Centro Universitário. *E-mail*: murilo.schmitt@fae.edu

Os autores agradecem as sugestões e correções de Roberto Peredo Zurcher, que é isento de responsabilidade sobre quaisquer erros e omissões remanescentes.

INTRODUÇÃO

Devido à combinação de fragilidades macroeconômicas, o desempenho da indústria paranaense insere-se em um cenário de mudança estrutural, iniciado em meados da década de 1990 com as reformas introduzidas a partir da implantação do Plano Real. Edson Campagnolo, presidente da FIEP (Federação das Indústrias do Paraná), afirmou em entrevista ao Jornal O Paraná em 2016 que há anos a indústria brasileira vem perdendo competitividade, devido a uma série de problemas estruturais que prejudicaram o ambiente de negócios do país e equívocos em nossa política econômica.

Em 1995, com o intuito de capturar a percepção do empresariado paranaense a cerca de diversos temas relacionados à indústria no Estado, a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) iniciou a pesquisa denominada “Sondagem Industrial”. O trabalho é reproduzido anualmente há duas décadas (com exceção do ano de 1996), e hoje se configura um valioso registro histórico da evolução do pensamento dos empresários no ramo industrial paranaense nos últimos anos.

Muitas pesquisas já foram desenvolvidas no Brasil com o intuito de examinar evolução da economia brasileira nas últimas décadas. Nesse contexto, destacam-se os trabalhos produzidos por Gilmar Mendes Lourenço em “A Economia Paranaense em tempos de globalização” de 2003 e “Economia Paranaense: fatores de mudança e entraves ao desenvolvimento” de 2007. Quanto à economia brasileira, destacam-se as coleções organizadas por Fabio Giambiagi e André Villela e por Marcelo de Paiva Abreu em “Economia brasileira contemporânea (1945-2015)” de 2016.

Nessa perspectiva, estudos específicos sobre a série histórica de pesquisas denominadas “Sondagem Industrial”, produzida pela FIEP, demonstraram-se relevantes. Evidencia-se, desta forma, a capacidade do estudo no auxílio à compreensão da trajetória da percepção do empresariado ligado ao setor produtivo industrial paranaense nos últimos 20 anos.

Ao cotejar o extrato obtido da análise das edições da Sondagem Industrial com o desempenho das economias paranaense e brasileira, o presente projeto se propõe a contribuir com estudos no setor buscando responder a seguinte questão: **Quais condutas do empresariado industrial paranaense em reação à realidade macroeconômica nacional podem ser identificadas?**

Posto isso, a pesquisa tem por objetivo identificar eventuais tendências que possam ser associadas aos diversos movimentos conjunturais passados pela economia

paranaense e brasileira nos últimos vinte anos. Os objetivos específicos são: (I) Relacionar através da tomada de decisão estratégica as expectativas e comportamentos da Indústria paranaense frente a eventos histórico-econômicos, (II) apontar tendências no padrão de comportamento do empresariado frente à percepção de sua competitividade e (III) analisar o papel da incorporação de produtos/processos inovadores no desenvolvimento da indústria paranaense nos últimos 20 anos.

Estrutura-se em cinco tópicos, iniciando com a (I) Introdução do tema proposto. Em seguida perfaz-se a (II) Fundamentação Teórica, contextualizando estudos acerca da conjuntura industrial paranaense; indicadores econômico-financeiros nacionais nos últimos 20 anos; teorias de administração e tomada de decisão estratégica; e inovação como ferramenta competitiva. Após a descrição da (III) Metodologia empregada, segue a (IV) Análise dos principais dados. Por último, apresentam-se as (V) Considerações Finais.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 CONJUNTURA ECONÔMICA BRASILEIRA

O Brasil assiste, na década de 1990, ao fim da *débâcle* inflacionária que assolava o País desde o início da década anterior. A estrutura do Plano Real previa que, seguindo-se ao tratamento de choque que acabou por interromper a inércia inflacionária, algum mecanismo seria necessário para manejar as pressões de demanda agregada sobre o nível de preços.

Essa lição fora duramente aprendida nos meses que se seguiram ao congelamento promovido pelo Plano Cruzado, em 1986. Naquela época, o efeito riqueza derivado da estabilização acabou por impulsionar a demanda a níveis insustentáveis pela estrutura colocada pelo Plano. O resultado foi o desabastecimento do mercado para vários produtos considerados básicos de consumo e, inevitavelmente, a volta do processo inflacionário ao fim do congelamento.

Após o Plano Real, no entanto, a política adotada foi outra. Para se debelar as pressões de demanda agregada sobre o nível de preços, o governo adotou a âncora cambial, que consistia em manter a moeda nacional artificialmente valorizada de modo a facilitar a entrada de produtos estrangeiros no Brasil e, assim, canalizar as

pressões de demanda para além das fronteiras nacionais, sem prejuízo, portanto para o processo de estabilização de preços. Tal estratégia, obviamente, apresentou custos macroeconômicos.

O mais evidente é o persistente déficit em transações correntes, causado pela debilidade da balança comercial em decorrência do câmbio apreciado e pelo financiamento do próprio déficit via conta capital, com reflexos na balança de serviços: dados do Banco Central do Brasil indicam que a conta de transações, que apresentava insuficiência de US\$ 1,8 bilhões em 1994, evoluiu para um déficit de US\$ 33,4 bilhões em 1998, último ano de vigência da âncora cambial.

Em janeiro de 1999, o Governo admitiu a apreciação da taxa de câmbio, abandonando a âncora cambial e a substituindo por uma política de câmbio flexível. Tal mudança, após um longo período de relativa rigidez da taxa de câmbio, ocasionou um salto de R\$ 1,2/US\$ 1,0, no início de janeiro de 1999, para R\$ 2,1/US\$ 1,0, em março do mesmo ano. Como consequência, expectativas dos agentes econômicos sobre a trajetória futura da economia brasileira tornaram-se as mais pessimistas (FERRARI FILHO, 2002)

De acordo com Ferrari Filho (2002) entre 1990 e 1994 a balança comercial acumulou um superávit de US\$ 60,0 bilhões, enquanto no período 1995 a 2000 o déficit comercial acumulado foi cerca de US\$ 24,0 bilhões. Ainda segundo o autor, a taxa média de crescimento do produto interno bruto (PIB), entre 1994 e 2001, foi de 2,8% ao ano, semelhante ao dos anos 80, a denominada “década perdida”.

No segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), o desempenho da economia brasileira é errático: as apreensões em torno do abandono da âncora cambial em 1999 acabam por ainda afetar o PIB naquele ano, e a economia cresce apenas 0,5%. Em 2000, o país vê frustradas as esperanças de retomada do crescimento por conta de eventos internos, tais como a crise energética brasileira; e externos, como o desaquecimento tanto da economia da zona do euro quanto da economia norte-americana – particularmente depois dos atentados terroristas de 11 de setembro – a estagnação econômica do Japão e as crises da Turquia e Argentina (FERRARI FILHO, 2002).

O autor ainda acrescenta que a economia brasileira cresceu apenas 1,5%, enquanto a taxa de inflação atingiu 10,4%. Como consequência, as expectativas acerca do desempenho da economia brasileira para 2002, devido principalmente pelo abalo de confiança causado pela campanha presidencial e, mais especificamente, pelo discurso pró-moratória do candidato que acabaria por se sagrar vencedor. As incertezas geradas

refletiram-se sobre o desempenho do PIB (que ainda logrou crescimento de 3,1%) e sobre a inflação que, medida pelo IPCA, escalou de 7,67% em 2001 para 12,53% em 2002.

A manutenção das linhas mestras de política macroeconômica pelo governo que assumiu em janeiro de 2003 acabou por acalmar os ânimos e realinhar as expectativas dos mercados internacionais. A inflação no ano (IPCA) acaba fechando em 9,3%. No segundo semestre, a elevação dos preços das commodities superou a previsão da Organização Mundial do Comércio (OMC). A tendência persistiu com alguns sobressaltos até os primeiros meses de 2006. Ela esteve associada a uma sobreposição de fatores — recuperação econômica global, desvalorização do dólar, bolha especulativa fomentada pelas taxas de juros baixas, crescimento econômico da China — e sua importância relativa é de difícil dimensionamento (PRATES, 2007).

Desde 2002 os efeitos positivos sobre a Balança Comercial logo se fizeram sentir e marcaram todo o restante da década, a despeito da enorme valorização cambial que diminuía a rentabilidade das exportações brasileiras e ampliava a atratividade dos produtos importados (BRASIL EM DESENVOLVIMENTO 2010). Ainda segundo o estudo, neste mesmo período a combinação de saldos positivos e crescentes na conta financeira possibilitou a estratégia de “blindagem” da economia brasileira por meio da política de aquisição de reservas internacionais.

O bom desempenho no setor externo acabou por criar as possibilidades para que, internamente, o governo pusesse em prática diversas políticas impulsionadoras de demanda. Assistimos, assim, durante a primeira década do século, a um aumento expressivo do crédito na economia, que aliado a bem-sucedidas políticas de redistribuição de renda, como o Programa Bolsa Família, acabou por garantir a boa performance da economia no período.

A “blindagem” referida faz com que o País chegue a 2008 em condições de enfrentar os efeitos da crise internacional que se instaurava abrindo mão de políticas anticíclicas, como desonerações tributárias e aumento de transferências. Tais políticas mostram-se eficazes para conduzir o Brasil relativamente intacto até o final da turbulência internacional, inclusive garantindo um expressivo crescimento do PIB em 2010 (7,5%).

Segundo Giambiagi, o processo de crescimento via impulso de demanda agregada, porém, apresentava já em 2010 sinais de fadiga. Os níveis dos indicadores de emprego de fatores eram sintoma inequívoco disso. A Fundação Getúlio Vargas media à época uma utilização de capacidade instalada de 85% na indústria, enquanto a taxa de desemprego

aberta medida pelo IBGE aproximava-se de 5% na média anual. A continuação da trajetória positiva do PIB, assim, passava a depender de fatores estruturais, como investimentos públicos em infraestrutura e reformas que permitissem o deslocamento da oferta agregada da economia. O diagnóstico do governo, no entanto, era outro e a ação a partir daí prescrita consistia em continuar com políticas de ativação de demanda. O resultado foi a interrupção da trajetória de crescimento da economia já a partir do final de 2014.

1.2 INDÚSTRIA PARANAENSE

Ao longo destes vinte anos, o setor industrial do Estado passou por períodos de franca expansão, mas também por diversas fases de crise. No íterim considerado, porém, a mudança estrutural da indústria paranaense é inegável. Segundo a Revista Comércio Exterior apud Silva (2002), entre 1990 e 1997 houve um aumento significativo na quantidade produzida nas indústrias de confecção brasileiras, expandindo inclusive a exportação. De acordo com a IEMI – Instituto de Estudos e Marketing Industrial apud Silva (2002), em 1999 o Sul do país participava com 22,8% na produção de confecção nacional, destacando os polos de concentração em Cianorte, Londrina e Maringá.

De acordo com Banzatto (2001), a partir de 1995, em função da consolidação do Regime Automotivo Brasileiro, que conferia uma série de atrativos para o investimento produtivo, tanto para as empresas estrangeiras quanto para as já instaladas, diversas multinacionais montadoras e de autopeças interessaram-se pelo mercado brasileiro.

Considerando as vantagens locais da Região Sul, somadas a instrumentos tributários do Governo do Estado, o Paraná firmou investimentos, colocando o Estado como um dos mais promissores polos automotivos do MERCOSUL, tanto pela quantidade de veículos produzidos como pelo grau de sofisticação e modernidade dos produtos elaborados (BANZZATTO, 2001).

Segundo o Manual do Investidor, publicado pela Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo de Curitiba apud Meiners (1998), não só os incentivos fiscais e financeiros dos anos noventa contribuíram para a realização de investimentos no Estado, mas também as condições materiais existentes em termos de infraestrutura econômica; e, acima de tudo, a existência de uma indústria já complexa e relativamente diversificada e que possibilitou e potencializou o direcionamento desses capitais para o Paraná em períodos recentes.

1.3 TOMADA DE DECISÃO ESTRATÉGICA FRENTE A CENÁRIOS INEVITÁVEIS

Em face da evolução da conjuntura econômica, traçam-se as reações dos industriais à concorrência internacional, possibilitada pelos movimentos de abertura da economia na década de 1990, e potencializada pela artificial valorização da moeda nacional no mesmo período. Tal reação passou por um processo de tomada de decisão estratégica.

Segundo Wright et al. (2009), a estratégia refere-se ao conjunto de mudanças competitivas e planos da alta administração que visam alcançar resultados consistentes com a missão e os objetivos gerais da empresa. A estratégia é o planejamento para reforçar a posição da organização no mercado, promover a satisfação dos clientes e atingir os objetivos de desempenho.

Schwartz (2003) defende que diferentes fatores no ambiente exigem diferentes estratégias, algumas evoluem num ritmo lento e contínuo, enquanto outras têm implicações imensas e são incrivelmente abruptas. Com estas crises constantemente alterando o *Modus operandi* da sociedade, a adoção de processos estratégicos torna-se eficiente ao manter um equilíbrio entre as reações de curto prazo e os objetivos a longo prazo, permitindo a mudança rápida de direção caso haja necessidade.

A administração estratégica consiste em (I) analisar oportunidades, ameaças ou limitações no ambiente externo, (II) analisar pontos fracos e fortes do ambiente interno, (III) estabelecer a missão organizacional e os objetivos gerais, (IV) formular estratégias combinando os resultados de (I) e (II), (V) implementar as estratégias e (VI) realizar atividades de controle estratégico que assegurem a conquista dos objetivos gerais (WRIGHT, et al. 2009).

Ainda segundo Wright, et al. (2009) a análise de séries temporais é uma maneira de prever o ambiente, possibilitando à administração relacionar fatores externos e observar o efeito de ciclos econômicos sobre a produção da empresa, com o objetivo de fazer uma previsão a respeito dessas variáveis.

1.4 INOVAÇÃO COMO ESTRATÉGIA COMPETITIVA

Neste ambiente de crescentes e desafiadoras mudanças, a chave para o sucesso não está somente em uma boa organização, mas na rapidez com que ela melhora, tornando essencial uma estratégia competitiva bem definida. Os sobreviventes

saudáveis compreendem que devem continuar buscando diferenciais competitivos – em custos, qualidade, tempo de entrega ou flexibilidade (HAYES, et al., 2008).

Segundo Porter (1998), uma estratégia voltada para inovação torna possível a percepção de oportunidades no mercado que antes não eram vistas por nenhuma outra empresa e que favorece a criação de uma barreira de proteção. Porter apud Arbix e Negri (2005) define três tipos de estratégias, (I) a liderança por custo, (II) a diferenciação do produto ou serviço oferecido pela empresa e (III) o enfoque por nicho de mercado.

Arbix e Negri (2005) identificam a estratégia de diferenciação de produto como mais promissora para a lucratividade da empresa e ressaltam também o esforço dos países desenvolvidos para elaborarem políticas de inovação tecnológica e de diferenciação de produtos, seja através de investimentos e incentivos diversos, seja por meio de regulamentação.

Peter Wright (2009) define inovação de processo como as atividades que aumentam a eficácia das operações e da distribuição, nesse caso, os custos são reduzidos e há aumento da qualidade do produto, o que proporciona a diferenciação das demais concorrentes. Na inovação de produtos, ainda segundo o autor, consistem não só na diferenciação do produto, mas também na possível redução de custos atrelada a tal mudança.

De Negri e Freitas (2004) afirmam que a inovação tecnológica é um dos determinantes das exportações das empresas brasileiras, mostrando que as empresas que inovam e diferenciam produtos exportam e importam em média muito mais do que as demais empresas exportadoras. Arbix, et al (2004) verificou que as empresas internacionalizadas com foco na inovação remuneram melhor a mão-de-obra, empregam pessoal com maior escolaridade e, portanto, geram empregos de melhor qualidade.

Arbix e Negri (2005) afirmam, portanto, que há evidências de que o aumento da competitividade das empresas é influenciado positivamente pelas inovações tecnológicas que são resultantes do processo de internacionalização. Por fim, os autores concluem que a internacionalização favorece a inovação e esta, por sua vez, aumenta a possibilidade de obtenção de preços-prêmio em relação aos demais exportadores.

2 METODOLOGIA

Para atender o objetivo do trabalho, é realizada uma pesquisa descritiva, relatando as características e comportamentos do empresariado industrial paranaense na conjuntura econômica dos períodos de 1991 a 2016. Quanto à abordagem, caracteriza-se pelo método quali-quantitativo, por fundamentar-se tanto na compilação e análise de dados já apresentados na Sondagem industrial, quanto na exposição gráfica de informações econômico-financeiras.

Os procedimentos técnicos utilizados foram bibliográficos, documentais, e fundamentados em dados (*Grounded Theory*). Para a coleta de informações, foram medidos dados econômicos e financeiros retirados de sites de órgãos governamentais ou privados; as respostas dos questionários de todas as edições da Sondagem foram tabuladas.

O caráter amplo e subjetivo da Sondagem Industrial apresenta algumas dificuldades para o tratamento econométrico mais rígido dos dados. Optou-se, dessa maneira, por privilegiar o cunho pedagógico do programa no qual o presente projeto está inserido e apresentar apenas a apreciação das tendências e correlações das variáveis escolhidas conforme as mesmas são apresentadas em gráficos de séries temporais.

A pesquisa visa apontar, verificar e apreciar os resultados, a fim desvendar um reflexo objetivo do comportamento do empresariado industrial paranaense e traçar tendências de conduta destes. A amostra da pesquisa é composta por todas as empresas que participaram da série histórica Sondagem Industrial nos últimos 20 anos. A partir da amostra são compilados os dados apresentados desde o primeiro volume da série, possibilitando tanto a exposição gráfica das expectativas e intenções dos empresários como também a melhor análise dos dados obtidos.

Embora os dados apresentados pelas publicações da Sondagem Industrial não tenha se mantido integralmente consistente ao longo de sua existência, grande parte das questões repetem-se durante o período considerado, permitindo a comparação intertemporal dos dados compilados, observando a evolução histórico-econômica, intencional e de tendências comportamentais entre os entes pesquisados.

As informações econômicas estão disponíveis nos endereços eletrônicos de órgãos responsáveis pela sua produção e são, em sua totalidade, de livre acesso. Foram compilados dados dos sítios eletrônicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Secretaria de Comercio Exterior (Secex), órgão do Ministério da Indústria, Comercio Exterior e Serviços.

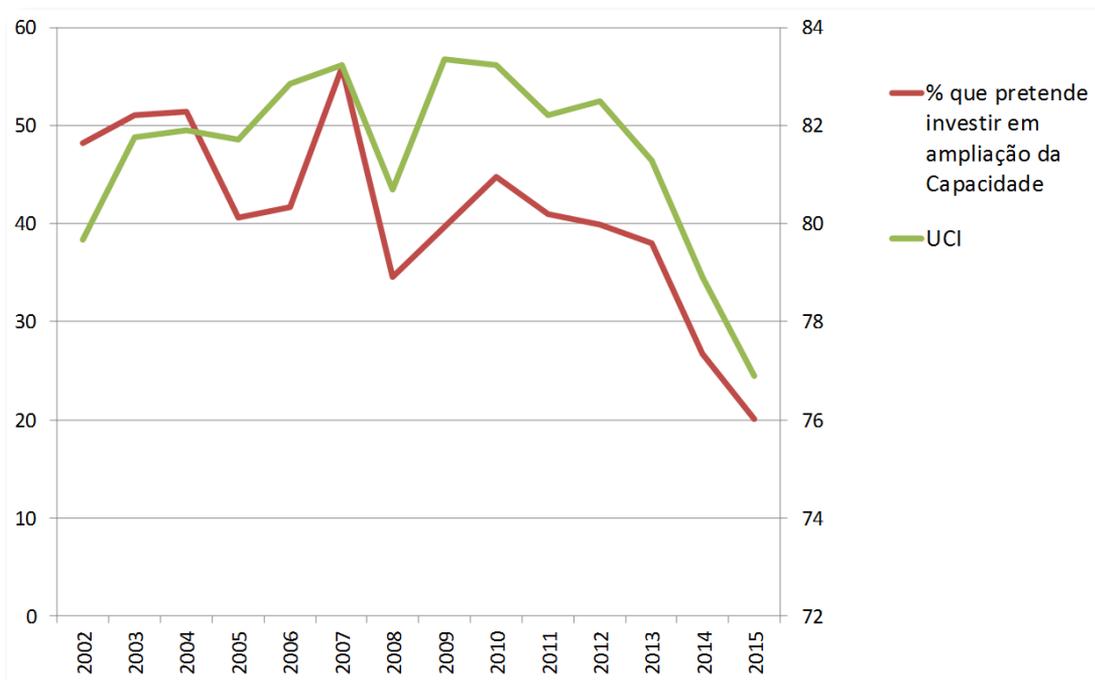
A fim de compreender a conduta dos empresários, recorreu-se à estudos direcionados à tomada de decisão estratégica, à inovação como ferramenta competitiva e aos cenários macroeconômicos paranaense e brasileiro. Frente à volatilidade da economia brasileira, tais temas tornam-se imprescindíveis para auxiliar a percepção e análise do comportamento de empresas inseridas neste contexto.

3 ANÁLISE DOS PRINCIPAIS DADOS

A análise segue o corte temático das próprias pesquisas de Sondagem Industrial, com ênfase nos aspectos tocantes à incorporação de processos/produtos inovadores na atividade empresarial do Estado, sob a hipótese de que tal incorporação deve-se à necessidade de fazer frente à competição imposta por produtos importados.

Os gráficos a seguir são resultados referentes a perguntas da sondagem industrial associados a dados econômico-financeiros extraídos de sites públicos ou privados de livre acesso.

GRÁFICO 1 – Comparação da UCI com o % interessado em investir em capacidade



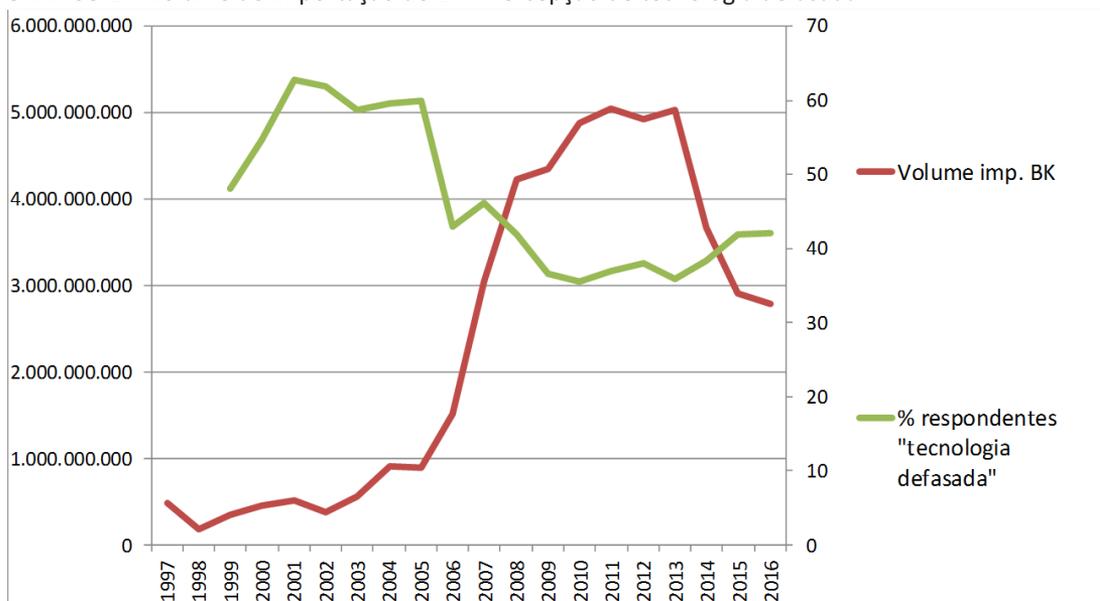
FONTE: Dados da CNI e Sondagem Industrial

O gráfico mostra em vermelho o percentual de respondentes que afirmaram pretender investir em ampliação da capacidade produtiva (SONDAGEM INDUSTRIAL);

em verde a Utilização da Capacidade Instalada da Indústria, que indica o potencial total de produção com base nos recursos de que dispõe - o que inclui equipamentos, mão de obra, conhecimentos, estoque, etc. (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA). Ambos são compostos por resultados a partir de 2003, por ser o dado mais antigo da série histórica da CNI.

Espera-se que o setor industrial reaja a um aumento da UCI com uma elevação das pretensões de investimento. Uma baixa utilização da capacidade instalada sinaliza ao empresário não serem necessários novos investimentos, bastando expandir a produção sobre a base de instalações já existente. Por outro lado, uma alta UCI pode incentivar o empresário a investir, se houver perspectivas de aumento de produção.

GRÁFICO 2 – Volume de importação de BK x Percepção de tecnologia defasada

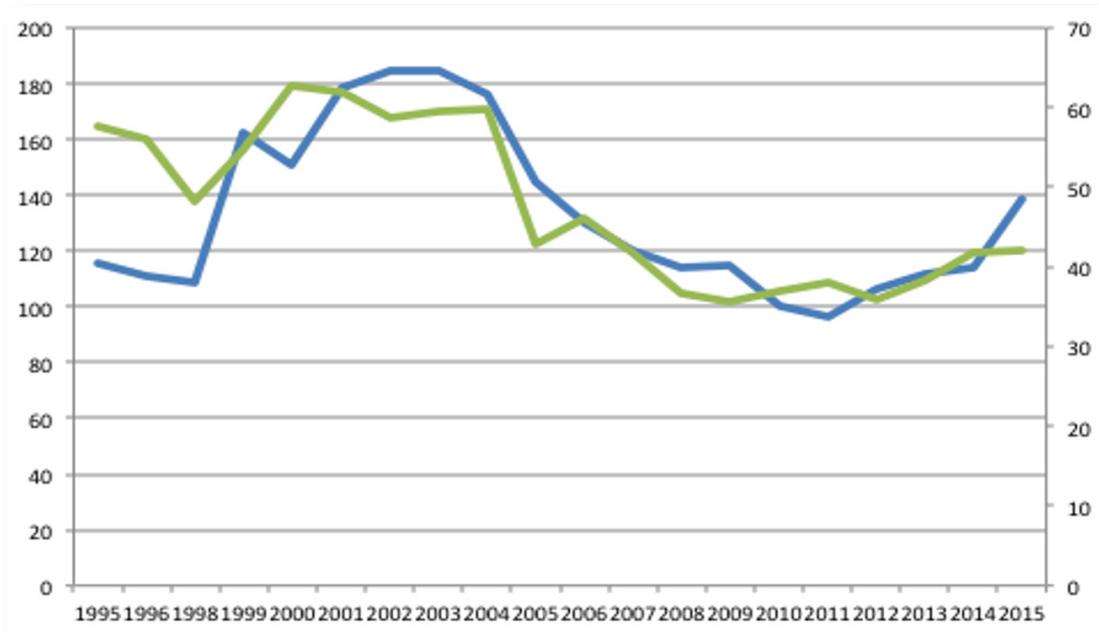


FONTE: Dados do SECEX e Sondagem Industrial.

O gráfico mostra em vermelho, o volume de importações de bens de capital para o Estado do Paraná (SECEX - MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS); em verde, estão os percentuais de respondentes, ano a ano, que se enxergam tecnologicamente defasados a nível internacional (SONDAGEM INDUSTRIAL).

Percebe-se a partir de 2005 uma inflexão em ambas as curvas, enquanto as importações de bens de capital sobem, o percentual de empresários que julgam sua empresa defasada cai. Uma possível explicação seria que o aumento da importação de bens de capital permitiu às empresas paranaenses tornarem-se mais avançadas tecnologicamente, diminuindo no empresariado a percepção de defasagem.

GRÁFICO 3 – Média das taxas de câmbio x Percepção de tecnologia defasada



FONTE: Dados do IPEADATA e Sondagem Industrial.

O gráfico mostra, em azul, o comportamento da taxa de câmbio real bilateral em relação a 24 parceiros selecionados, com valores calculados de média anual seguindo dados mensais (média 2010=100) (IPEADATA). Em verde, demonstra-se o percentual de respondentes da Sondagem que declararam estar sua empresa “defasada” tecnologicamente a nível internacional (SONDAGEM INDUSTRIAL).

Percebe-se que níveis mais elevados da percepção de defasagem tecnológica coincidem com taxas de câmbio mais altas. Possivelmente o que se observa é que, ao diminuir-se a barreira cambial para acesso a novas tecnologias, o empresariado paranaense consegue incorporar tecnologias estrangeiras aos seus produtos e processos, reduzindo a impressão de atraso.

Outra explicação possível é a de que o conhecimento de tecnologias estrangeiras, possibilitado pela apreciação da moeda nacional, aflore a consciência no empresariado de que o nível de defasagem de seus produtos e processos não é tão elevado quanto se imaginava. Tal explicação, no entanto, perde força ao se considerar os avanços em tecnologias de informação no período, que permite o conhecimento das tecnologias estrangeiras mesmo sem a sua aquisição propriamente dita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para responder à pergunta “Quais condutas do empresariado industrial paranaense à realidade macroeconômica nacional podem ser identificadas?”, traçamos as hipóteses de que (I) o empresariado percebeu-se inserido em um cenário competitivo e (II) investiu em produtos e/ou processos inovadores, (III) a fim de fazer frente à competição imposta por produtos importados.

Com os dados obtidos e analisados anteriormente, pode-se perceber que houve movimentação coerente entre as expectativas do empresariado industrial e alterações econômico-financeiras nos últimos anos, possibilitando a comprovação das hipóteses traçadas.

As dificuldades no decorrer do trabalho foram voltadas para a falta ou inconsistência de indicadores mais antigos, em especial os anteriores a 2002, tanto da Sondagem Industrial quanto de indicadores econômico-financeiros. Devido a isto, os dados obtidos entre 1996 e 2002 foram mais escassos e impossibilitaram uma análise mais íntegra.

Segundo a XX edição da série histórica, usar as edições da Sondagem Industrial como ferramentas para investigação do desempenho conjuntural da indústria possibilita a leitura de fatores que possam explicar as retrações e/ou expansões de específicos gêneros industriais, suas causas e condicionantes.

Por conta de as expectativas do empresariado serem respondidas de maneira mais ampla e subjetiva, não foi possível na presente pesquisa fazermos a análise econométrica da correlação entre as variáveis obtidas. Portanto, a área ainda necessita de mais estudos para que seja possível traçar relações mais precisas.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. P. A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

ARBIX, G.; NEGRI, J. A. de. A nova competitividade da indústria e o novo empresariado uma hipótese de trabalho. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 21-30, abr./jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000200002>. Acesso em: 19 maio 2017.

ARBIX, G.; SALERNO, M.S.; NEGRI, J. A. de. Internacionalização com foco na inovação tecnológica e seu impacto sobre as exportações das firmas brasileiras. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro v. 48, n. 1, p. 395-442, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v48n2/a06v48n2.pdf>>. Acesso em: 7 abr. 2017.

BANZZATTO, A. C. **Setor automotivo: implantação na região metropolitana de Curitiba**. 2001. 149 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2001. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/80279/185470.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 19 maio 2017.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Indicadores Industriais**. 2017. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/indicadores-industriais>>. Acesso em: 20 maio 2017.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ. **Sondagem Industrial**. 2017. Disponível em: <<http://www.fiepr.org.br/para-empresas/estudos-economicos/sondagem-industrial-1-20654-170550.shtml>>. Acesso em: 7 abr. 2017.

FERRARI FILHO, F. **Da tríade mobilidade de capital, flexibilidade cambial e metas de inflação à proposição de uma agenda econômica alternativa: uma estratégia de desenvolvimento para a economia brasileira à luz da teoria pós-keynesiana**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002. Disponível em: <http://www8.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2002_14.pdf>. Acesso em: 19 maio 2017.

GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A. **Economia brasileira contemporânea (1945-2015)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

GREMAUD, P. A.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JUNIOR, R. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2009.

HAYES, R. et al. **Produção, estratégia e tecnologia: em busca da vantagem competitiva**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Macroeconômico: Câmbio**, IPEA Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal>>. Acesso em: 20 maio 2017.

LOURENÇO, G. M. **A economia paranaense em tempos de globalização**. Curitiba: Editora do Autor, 2003.

LOURENÇO, G. M. **Economia paranaense: fatores de mudança e entraves ao desenvolvimento**. Curitiba: Editora do Autor, 2007.

MEINERS, W. Impactos regionais dos investimentos automobilísticos no Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 19, n. 94, p. 29-48, maio/dez. 1998. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/94/wilhelm.pdf>. Acesso em: 20 maio 2017.

NEGRI, J. A. de; FREITAS, F. Inovação tecnológica, eficiência de escala e exportações brasileiras. Brasília: IPEA, 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1044.pdf>. Acesso em: 19 maio 2017.

O PARANÁ. **Indústria perde importância na economia de 22 estados**, maio 2016. Disponível em: <<http://www.oparana.com.br/noticia/industria-perde-importancia-na-economia-de-22-estados/5314>>. Acesso em: 8 set. 2016.

PORTAL BRASIL. **Estados brasileiros**: Paraná. Disponível em: <http://www.portalbrasil.net/estados_pr.html>. Acesso em: 7 set. 2016.

PRATES, D. M. A alta recente dos preços das commodities. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 323-344, jul./set. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v27n3/v27n3a01>>. Acesso em: 19 maio 2017.

SCHWARTZ, P. **Cenários**: as surpresas inevitáveis. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SILVA, A. A. **Gestão financeira**: um estudo acerca da contribuição da contabilidade na gestão do capital de giro das médias e grandes indústrias de confecções do Estado do Paraná. 2002. 183 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-29042003-094202/fr.php>>. Acesso em: 18 maio 2017.

TRINTIN, J. G. **História e Desenvolvimento da Economia Paranaense**: da década de trinta a meados dos anos noventa do século XX. Disponível em: <<http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/E6-04.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2016.